



Que impactos têm uma política de transferência de renda sobre a economia? Um estudo do Programa Bolsa Família

Maria Caroline de Vasconcelos Mavignier Teixeira*, Carlos R. Etulain

Resumo

O Programa Bolsa Família (PBF) teve efeitos diretos na economia a partir do aumento dos rendimentos familiares e em função da propensão ao consumo das famílias, por meio desses impactos se produziram transmissões de renda e gasto de importante repercussão macroeconômica. A finalidade desta pesquisa é observar os resultados da política social e analisar se houve cumprimento da finalidade do PBF: a erradicação da pobreza/extrema pobreza e a diminuição da desigualdade social.

Palavras-chave:

Transferência de Renda; Política Pública; Dinâmica Econômica;

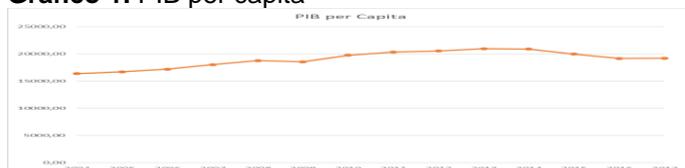
Introdução

Os programas de transferência de renda influenciam diretamente a economia pelo aumento dos rendimentos familiares atrelado ao nível de propensão de consumo das famílias. O PBF, criado em 2003, consiste em uma política pública de transferência de renda direta que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza com condicionalidades para os beneficiários que diferem totalmente de outras formas de proteção social conhecidas no Brasil.

Resultados e Discussão

O PBF tem como visão principal uma das finalidades da *Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*: acabar com a fome e a miséria. Para tal, assegura a transferência de renda à população a partir do perfil traçado e do exame das condições que levam à pobreza e à pobreza extrema, condicionando o benefício com aspectos vinculados à saúde e à educação. Para isto, foi criada a plataforma do CadÚnico, uma base de dados que possibilitou realizar o mapeamento da vulnerabilidade em todo o território brasileiro, tornando assim a formulação e execução da política pública, mais eficiente e eficaz¹.

Gráfico 1. PIB per capita



FONTE: elaboração própria com base em dados IPEA/DATA, 2019

O aumento gradativo do PIB *per capita* demonstra ser um fator essencial para evolução positiva na distribuição de renda. O Crescimento da renda familiar nos estratos inferiores resultou na participação de mais de 140 milhões de indivíduo no mercado interno². Após o início do PBF é possível perceber as melhoras em indicadores da desigualdade social. O índice de Gini se reduziu de 0,572 em 2014 para 0,151 em 2015. A expectativa de vida aumenta e a taxa de natalidade e de mortalidade infantil diminuem. Isto porque uma das condicionalidades do PBF é o acompanhamento no pré-natal, a obrigatoriedade das vacinas e a presença em escolas – aumentando assim as informações. Além disto, a distribuição da população pela estratificação de renda muda de forma expressiva.

Conclusões

Como resultado do PBF o Brasil atingiu o 1º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio – redução da pobreza extrema e, até 2015, redução da metade no nível de 1990. Os índices foram de 25,5% para 3,5%, em 2015.

Em relação à economia, o governo injetou no programa, um total de aproximadamente R\$448 trilhões fazendo com que o fluxo de renda dessas famílias melhorasse incentivando, assim, o mercado interno e outros setores. Ainda que o número de famílias beneficiárias continue a crescer, devido as mudanças das características da pobreza, o programa consegue cumprir seu objetivo, diminuir a desigualdade social, e ainda estimula a macroeconomia em forma expansionista.

Agradecimentos

Agradeço ao meu pai, Antônio Carlos Fonseca Teixeira, por ser sempre meu suporte; meu professor e orientador Dr. Carlos R. Etulain pela paciência e apoio; a CNPq pelo financiamento a pesquisa.

¹ PAIVA, L. H.; FALCÃO, T.; BERTHOLO, L. Do Bolsa Família ao Brasil sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. Brasília: IPEA, 2013. p. 25-46.

² CALIXTRE, A; FAGNANI, E. A política social e os limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014). Texto para Discussão IE/UNICAMP n. 295, Campinas: IE/UNICAMP, 2017.

Tabela 1. Beneficiários do PBF e valores (Média anual de 2004 à 2018)

Ano	Famílias beneficiárias	Valor médio nominal por família (R\$)	Valor médio real por família (R\$ de dez/2018)	ÍPCA Anual
2004	4.542.275	69,98	154,13	7,60
2005	7.323.375	64,83	133,54	5,69
2006	10.153.959	61,77	122,07	3,14
2007	10.975.764	68,02	131,10	4,45
2008	10.782.913	81,00	145,67	5,90
2009	11.769.028	88,30	153,67	4,31
2010	12.639.257	95,01	154,82	5,90
2011	13.106.420	110,83	164,59	6,50
2012	13.616.435	129,60	189,79	5,83
2013	13.961.093	150,48	201,50	5,91
2014	14.024.506	161,33	206,08	6,40
2015	13.958.658	166,20	196,45	10,67
2016	13.769.484	171,77	187,12	6,28
2017	13.694.565	179,71	188,27	2,94
2018	14.072.052	182,9	185,69	3,74

FONTE: Elaboração própria em base a dados do VIS DATA e IBGE, 2019

Na tabela acima se observa o rápido aumento no número de famílias beneficiárias do PBF entre 2004-2006, sendo que nos anos seguintes o aumento é mais lento e gradual. Demonstrando que o programa, associado ao CadÚnico, atingiu os focos de maior vulnerabilidade. O aumento do valor repassado também pode ser analisado através dessa tabela que ressalta que, apesar do valor em 2004 corresponder a 27% do salário mínimo da época, isto agregou às famílias beneficiadas uma fonte de renda que foi utilizada na compra de bens e serviços, acarretando efeitos multiplicadores na inserção destas rendas no fluxo circular da renda e, com isso, ocasionando o crescimento dos setores diretamente envolvidos, como o de bens de consumo final.